



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Governo Provincial de Luanda

- Despacho n.º 2325/14:**
Desvincula Antónia Maria da Purificação de Carvalho, Técnica Média de 3.ª Classe, da Direcção Provincial das Actividades Económicas, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2326/14:**
Desvincula Maria Congo Ngola, Encarregada Qualificada, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2327/14:**
Desvincula Margarida Chemba, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2328/14:**
Desvincula Aurora Nambau, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2329/14:**
Desvincula Ana Naviu, Técnica Principal de 1.ª Classe, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2330/14:**
Desvincula Esperança Andrade António, Encarregada Qualificada, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2331/14:**
Desvincula Felizarda António Mussenguc, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2332/14:**
Desvincula Idalina Pedro Tonecas, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2333/14:**
Desvincula Isabel Francisco Baião, Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2334/14:**
Desvincula Isabel Bela Augusto da Silva, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2335/14:**
Desvincula Joaquim Fiel Muhongo, Encarregado Qualificado, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2336/14:**
Desvincula Joaquim Almeida Macoco, Encarregado Qualificado, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2337/14:**
Desvincula Justino Joaquim dos Santos, Encarregado Qualificado, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2338/14:**
Desvincula José de Almeida Gabriel, Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2339/14:**
Desvincula Moisés Custódio José da Silva, Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2340/14:**
Desvincula Manuel de Jesus Lourenço, Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2341/14:**
Desvincula Maria Alice Pinto Constantino Giovety, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2342/14:**
Desvincula Maria Odete Pascoal Costa, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2343/14:**
Desvincula Maria Helena Liberato, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2344/14:**
Desvincula Marcela Manuel João Domingos, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2345/14:**
Desvincula Maria de Fátima Chiokondjo, Professora do Ensino Primário Auxiliar 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.
- Despacho n.º 2346/14:**
Desvincula Margarida Mendonça Demba, Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2347/14:

Desvincula Maria do Céu Maria de Sá, Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2348/14:

Desvincula Maria Bartolomeu Zua, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2349/14:

Reenquadra Jacinta Inácio Dias Laureano, Técnica Média de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 2350/14:

Nomeia Simel Kialanda Pedro Filipe para a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação.

Governo Provincial de Benguela

Despacho n.º 2351/14:

Exonera Daniel Bumba Ngumbe do cargo de Director da Escola Primária da Cambumba, Município de Caimbambo.

Despacho n.º 2352/14:

Exonera João Garrido do cargo de Director da Escola do Ensino Primário de Sibol, Município do Bocoio.

Despacho n.º 2353/14:

Exonera António Palanga do cargo de Subdirector Administrativo da Escola do Ensino Primário Paiva Domingos da Silva-Alto Henriques, Município do Bocoio.

Despacho n.º 2354/14:

Exonera Chipimbi Meio-Dia do cargo de Administrador Comunal-Adjunto do Cubal do Lumbo, da Administração Municipal do Bocoio.

Despacho n.º 2355/14:

Demite Domingos Fernando Frederico, Professor do Ensino Primário, Auxiliar de 6.º Escalão, do quadro de pessoal da Administração Municipal do Balombo, por abandono de lugar.

Despacho n.º 2356/14:

Transfere Denise Marlene da Silva Pita Grós, Técnica de 3.ª Classe, da Direcção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Benguela para a Universidade Katiavala Bwila de Benguela.

Despacho n.º 2357/14:

Nomeia Zeferino Joaquim para as funções de Director da Repartição Municipal da Saúde, da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

Despacho n.º 2358/14:

Nomeia Graciosa Aída Capaia Sequeira para as funções de Directora da Repartição Municipal do Saneamento Básico, Higiene, Espaços Verdes e Cemitérios da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

Despacho n.º 2359/14:

Nomeia Alberto Siku Ventura para as funções de Director da Repartição Municipal, para os Assuntos Jurídicos e Contencioso Administrativo da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

Despacho n.º 2360/14:

Nomeia Antero Moisés Nunguno para as funções de Director da Repartição de Energia e Águas da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

Despacho n.º 2361/14:

Nomeia Alberto Gongo para as funções de Director da Repartição Municipal dos Assuntos Sociais, da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

Despacho n.º 2362/14:

Nomeia Lino Passassi para as funções de Director da Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 65/14:

Aprova o Contrato de Investimento Privado do Projecto denominado «Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A. — Sucursal em Angola», no valor global de USD 1.100.000,00, sob o Regime Contratual.

Resolução n.º 66/14:

Aprova o Contrato de Investimento Privado do Projecto denominado «African Agro Evolution, Limitada», no valor global de USD 5.718.900,00, sob o Regime Contratual.

Resolução n.º 67/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Pluricrâmicas, Limitada», no valor global de USD 9.810.130,00, no Regime Contratual.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 2325/14 de 4 de Setembro

Considerando o Ofício n.º 143/131/17/02.OO/SA/DPAE/GPL/13, de 18 de Junho do Director Provincial das Actividades Económicas, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Antónia Maria da Purificação de Carvalho, com a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, Agente n.º 00588750, desvinculada por reforma da Direcção Provincial das Actividades Económicas.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 5 de Setembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2326/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Congo Ngola, com a categoria de Encarregada Qualificada, Agente n.º 10328988, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2327/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Margarida Chemba, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10382793, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2328/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12 de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Aurora Nambau, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10380021, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2329/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPAL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Ana Naviu, com a categoria de Técnica Principal de 1.ª Classe, Agente n.º 08088804, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2330/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Esperança Andrade António, com a categoria de Encarregada Qualificada, Agente n.º 07191813, desvinculada por reforma da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2331/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 30 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina:

1. É Felizarda António Mussengue, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 08640680, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2332/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Idalina Pedro Tonecas, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 06304617, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2333/14
de 4 de Setembro

Considerando o ofício 1387/GAB/ODEL/11, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina:

1. É Isabel Francisco Baião, com a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 10358406, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2334/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Isabel Bela Augusto da Silva com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 8629950, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2335/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo da Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Joaquim Fiel Muhongo, com a categoria de Encarregado Qualificado, Agente n.º 10368563, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2336/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Joaquim Almeida Macoco, com a categoria de Encarregado Qualificado, Agente n.º 10335919, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2337/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, da Directora Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Justino Joaquim dos Santos, com a categoria de Encarregado Qualificado, Agente n.º 08663349, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2338/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É José de Almeida Gabriel, com a categoria de Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 08634520, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2339/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Moisés Custódio José da Silva, com a categoria de Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 10337440, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2340/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Manuel de Jesus Lourenço, com a categoria de Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 8610710, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2341/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Alice Pinto Constantino Giovetty, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 08604980, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2342/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Odete Pascoal Costa, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 08630002, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2343/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Helena Liberato, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar 1.º Escalão, Agente n.º 08629281, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2344/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Marcela Manuel João Domingos, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 08640733, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2345/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo da Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria de Fátima Chiokondjo, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar 1.º Escalão, Agente n.º 10370123, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2346/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Margarida Mendonça Demba, com a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 10364536, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2347/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria do Céu Maria de Sá, com a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 10364140, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2348/14
de 4 de Setembro

Considerando o Ofício 1387/GAB/DPEL/12, de 31 de Outubro, do Director Provincial da Educação de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina:

1. É Maria Bartolomeu Zua, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10368497, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2349/14
de 4 de Setembro

Mediante solicitação da Direcção Provincial da Saúde, ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho.

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Jacinta Inácio Dias Laureano, Técnica Médica de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, reenquadrada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2350/14
de 4 de Setembro

Mediante solicitação da Direcção Provincial da Educação, ao abrigo do artigo 15.º n.º 1 do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março.

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Simel Kialanda Pedro Filipe, Agente n.º 87184106, nomeada para a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, para o quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 13 de Dezembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 2351/14
de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do Decreto Presidencial n.º 16/11, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série, de 11 de Janeiro, que aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Daniel Bumba Ngumbe exonerado do cargo de Director da Escola Primária da Cambumba, Município do Caimbambo, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 304/08.02.01/GVGPB/07, de 3 de Fevereiro.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2352/14
de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do Decreto Presidencial n.º 16/11, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série, de 11 de Janeiro, que aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É João Garrido exonerado do cargo de Director da Escola do Ensino Primário de Sibol, Município do Bocoio, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 72/08.02.03.01/GGAPB/07, de 14 de Fevereiro.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2353/14
de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do Decreto Presidencial n.º 16/11, publicado no *Diário da República* n.º 6, 1.ª série, de 11 de Janeiro, que aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É António Palanga, exonerado do cargo de Subdirector Administrativo da Escola do Ensino Primário Paiva Domingos da Silva-Alto Henriques, Município do Bocoio, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 184/08.02.03.01/GGAPB/07, de 14 de Fevereiro.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2354/14
de 4 de Setembro

Nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Chipimbi Meio-Dia, exonerado do cargo de Administrador Comunal-Adjunto do Cubal do Lumbo, da Administração Municipal do Bocoio, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 183/GGPB/10, de 4 de Outubro, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2355/14
de 4 de Setembro

Ao abrigo das disposições constantes do artigo 46.º do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 31, 1.ª série, sobre o regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes administrativos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Domingos Fernando Frederico, Professor do Ensino Primário, Auxiliar do 6.º Escalão, Agente n.º 88581588, colocado na Escola do Ensino Primário de Nondo Central, Município do Balombo, demitido do quadro de pessoal da Administração Municipal do Balombo, por abandono de lugar.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2356/14
de 4 de Setembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Denise Marlene da Silva Pita Grós, Técnica de 3.ª Classe, Agente n.º 88762574, transferida a seu pedido da Direcção Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Benguela, para a Universidade Katiavala Bwila de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 22 de Julho de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2357/14
de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Zeferino Joaquim nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director da Repartição Municipal da Saúde, da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2358/14
de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Graciosa Aida Capaia Sequeira nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora da Repartição Municipal do Saneamento Básico, Higiene, Espaços Verdes e Cemitérios, da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2359/14

de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Alberto Siku Ventura nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director da Repartição Municipal, para os Assuntos Jurídicos e Contencioso Administrativo da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2360/14

de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Antero Moisés Nunguno nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director da Repartição de Energia e Águas da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2361/14

de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Alberto Gongo nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director da Repartição Municipal dos Assuntos Sociais, da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2362/14

de 4 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 26, 1.ª série, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de Direcção e Chefia;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Lino Passassi nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director da Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia da Administração Municipal do Lobito, na Província de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 21 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 65/14
de 4 de Setembro

Considerando que a «Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A.», pessoa colectiva, de Direito Português, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com sede social na Avenida Carlos Bacelar, n.º 174, Vila Nova de Famalicão, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo a realizar na República de Angola;

Considerando que a Investidora pretende abrir uma sucursal em Angola, para o exercício da actividade de construção civil e obras públicas.

Considerando ainda que a Investidora pretende igualmente contribuir de forma significativa e sustentável, para o desenvolvimento estratégico da economia angolana, bem como para a formação qualificada dos trabalhadores angolanos;

Considerando que o Governo da República de Angola está empenhado em aprovar projectos de investimento que criem um número de postos de trabalho considerável, para a mão-de-obra nacional;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado) e do artigo 13.º, do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da ANIP emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de Investimento Privado do Projecto denominado «Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A. — Sucursal em Angola», no valor global de USD 1.100.000,00 (um milhão e cem mil dólares dos Estados Unidos da América) sob o Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 15 de Maio de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO PROJECTO EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMÂNDIO CARVALHO, S. A. SUCURSAL EM ANGOLA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do

Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, no uso dos poderes conferidos pelas disposições conjugadas dos artigos 33, n.º 1, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado) e da alínea h) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho, doravante designado Estado;

E

«Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A.», pessoa colectiva de Direito Português, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com sede social na Avenida Carlos Bacelar, n.º 174, Vila Nova de Famalicão, N.I.F. n.º 501.428.119, doravante designado Investidor, aqui representado por Eduardo Jorge Nunes Quirino, de nacionalidade portuguesa, portador do Passaporte n.º M342990, na qualidade de Procurador.

O Estado Angolano e o Investidor, quando conjuntamente referidos, serão designados como Partes;

Considerando que:

1. O Investidor já acumulou experiência no ramo da construção civil e obras públicas, o que lhe permite o desenvolvimento de um novo negócio;

2. Tendo em conta que o exercício da actividade de construção civil é um acto de contributo ao processo de crescimento económico nacional e de participação do Investidor no processo de desenvolvimento económico do País;

3. A «Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A.» é a sociedade executora ou veículo do Projecto de Investimento consubstanciado na concepção, desenvolvimento e execução de um projecto para o exercício da actividade de construção civil e obras públicas;

4. O projecto «Empresa de Construções Amândio Carvalho, S. A. — Sucursal em Angola», vai contribuir para o aumento da construção e urbanização, criação de novos empregos, criação de valor acrescentado para a Economia Nacional e redução das exportações, sendo um empreendimento que responde aos objectivos da política de investimento de Angola.

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé e, no interesse recíproco de cada uma delas, pela celebração do presente Contrato de Investimento que se rege pelo disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — Do Investimento Privado e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato)

1. O presente Contrato tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto do presente Contrato de Investimento, a abertura de uma sucursal em Angola, vocacionada para o exercício da actividade de construção civil e obras públicas.

CLÁUSULA 2.ª

(Localização geográfica do investimento e regime jurídico dos bens do Investidor)

1. O investimento localizar-se-á no Município de Icolo e Bengo, Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, rua sem nome, casa sem número, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado).

2. Os bens de equipamento adquiridos e introduzidos pelo Investidor, bem como as edificações para a execução do Projecto de Investimento estarão sob o regime da propriedade privada.

CLÁUSULA 3.ª

(Sociedade executora do Projecto)

A execução e gestão do projecto será feita pelo Investidor por via da sua Sucursal em Angola.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo e vigência do Contrato)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Condições de exploração e gestão do empreendimento)

A gestão do Projecto de Investimento será efectuada pelo Investidor através da Sucursal a constituir, em estrita conformidade com as condições de autorização prevista neste contrato, no CRIP — Certificado de Registo do Investimento Privado e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos a atingir pelo Projecto de Investimento)

1. Os objectivos a alcançar pelo Investidor no prazo contratual são:

- a) Construção de infra-estruturas económicas tais como, edifícios, instalações, armazéns, escritórios e outros equipamentos para os processos técnicos no negócio proposto;
- b) Introdução de equipamentos, maquinarias e acessórios necessários ao processo produtivo e administrativo do empreendimento;
- c) Testes e comissionamento dos equipamentos e maquinarias;
- d) Implementação do programa de treinamento da força de trabalho nacional.

2. Em conformidade com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 20/11, de 20 Maio (do Investimento Privado), são objectivos do projecto de investimento os seguintes:

- a) Induzir o crescimento da economia nacional;
- b) Aumentar a capacidade produtiva nacional, com base na incorporação de equipamentos produtivos;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais;

d) Reduzir as importações e contribuir para a melhoria da balança comercial;

e) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante do Investimento)

1. O montante do investimento do projecto a efectuar ao abrigo do presente Contrato pelo Investidor é de USD 1.100.000,00 (um milhão e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. No quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado, o Investidor poderá, nos termos da legislação sobre o investimento privado e cambial em vigor, solicitar autorização da ANIP, para proceder ao aumento do valor do investimento, com vista à realização com êxito das suas actividades.

CLÁUSULA 8.ª

(Operações e formas de realização do Investimento)

1. Para efeitos do presente contrato são operações de investimento externo as constantes das alíneas a), c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado).

2. As operações acima descritas serão realizadas através das formas previstas nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, sendo:

- a) USD 200.000,00, (duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através da transferência de fundos do exterior;
- b) USD 900.000,00 (novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), pela importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos.

3. Os bens de equipamento, acessórios, materiais e outros meios fixos corpóreos a serem importados e a incorporar na realização do investimento, objecto do presente contrato, serão em estado novo e/ou usados, sujeitos à fiscalização prévia das entidades competentes.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O valor do Investimento do projecto será financiado através de fundos próprios do Investidor.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e execução do Projecto)

1. O projecto será implementado e executado em 18 (dezoito) meses, conforme Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, que constitui o Anexo I do presente contrato.

2. O Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, pode ser alterado pelo Investidor, em razão de eventuais ocorrências e/ou omissão de qualquer facto estranho à vontade do mesmo e que impeça a sua execução nos prazos previstos, devendo a ANIP ser previamente informada.

CLÁUSULA 11.^a
(Força de Trabalho e Plano de Formação)

1. A implementação do projecto vai permitir a criação de 77 postos de trabalho, sendo 70 (setenta) para trabalhadores nacionais e 7 (sete) para estrangeiros.

2. O recrutamento dos trabalhadores para o Projecto estará em conformidade com o Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril e demais legislação em vigor.

3. O Investidor deverá ministrar formação e treinamento aos trabalhadores nacionais, de modo a permitir a sua progressão profissional e o desempenho de cargos e funções progressivamente mais exigentes e de maior responsabilidade, prevendo-se um Plano de Formação e um Plano de Substituição da mão-de-obra expatriada, correspondentes aos Anexos II e III, respectivamente, ao presente Contrato.

CLÁUSULA 12.^a
(Impacte ambiental)

O Investidor obriga-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda e adequado tratamento, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Assegurar um adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos;
- c) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeito negativo sobre o ambiente.

CLÁUSULA 13.^a
(Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do Projecto de Investimento objecto deste Contrato traduz-se no seguinte:

- a) Criação de 70 postos de trabalho directos para nacionais no ano cruzeiro, iniciando com 18 no 1.º ano;
- b) Melhoria da qualificação da mão-de-obra empregue;
- c) Contribuir para a redução da taxa de desemprego;
- d) Contribuir para o aumento da capacidade produtiva do sector e do respectivo Valor Acrescentado Bruto (VAB);
- e) Contribuir com o Valor Acrescentado Bruto por trabalhador (VAB/N) do sector da indústria de USD 11.368,00 (onze mil, trezentos e sessenta e oito dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 14.^a
(Apoio institucional do Estado)

As Instituições Públicas Angolanas abaixo indicadas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio económico do projecto de Investimento, comprometem-se a:

- a) *ANIP* — Agência Nacional para o Investimento Privado — apoiar o Investidor sempre que este pretender recorrer aos órgãos da Administração Pública cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do projecto;
- b) *Ministério da Construção* — proceder à emissão das licenças necessárias ao exercício da actividade nos termos da legislação em vigor;
- c) *BNA* — Banco Nacional de Angola — emitir as Licenças de Importação dos Capitais afectos ao projecto de investimento.

CLÁUSULA 15.^a
(Mecanismos de acompanhamento do Projecto)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de fiscalização e acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e formas legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto.

2. O Investidor deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir, quer sejam de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações adstritas ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias ao desempenho da sua missão.

3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui o Anexo I ao presente Contrato de Investimento, o Investidor, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento, e anuais no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

CLÁUSULA 16.^a
(Direitos e deveres do Investidor)

1. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato, o Investidor gozará, entre outros direitos estabelecidos pela legislação angolana, dos seguintes:

a) Total protecção, respeito e sigilo profissional, bancário e comercial;

b) Protecção da propriedade industrial e sobre todas as suas criações intelectuais.

1. O Investidor obriga-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais, submeter-se ao controlo das autoridades competentes, prestando-lhes todas as informações solicitadas, prontamente:

a) Respeitar os prazos fixados para a realização dos capitais e consequente implementação do Projecto de Investimento;

b) Aplicar o Plano de Contas e regras da contabilidade estabelecidas no País;

c) Promover a formação de trabalhadores nacionais, bem como a angolanidade.

CLÁUSULA 17.^a
(Infracções e sanções)

No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas, em matérias do investimento privado, constituem infracções e sanções, as previstas no artigo 83.º e seguintes, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado).

CLÁUSULA 18.^a
(Resolução de litígios)

1. Os eventuais diferendos que possam surgir entre as partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração das disposições do presente contrato ou de qualquer disposição legal, serão submetidos à Arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Junho (Lei Sobre a Arbitragem Voluntária).

2. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, um nomeado pela Parte requerente, outro pela requerida e o terceiro que desempenhará as funções de árbitro-presidente, escolhido de comum acordo pelos árbitros que a requerente e a requerida tiverem designado.

3. O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar às Partes.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

5. A arbitragem será conduzida em Língua Portuguesa.

6. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis e as partes obrigam-se a cumprir prontamente com as mesmas, nos exactos termos que forem decididos.

7. A decisão arbitral estabelecerá ainda quem deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

CLÁUSULA 19.^a
(Força Maior)

1. Será considerado caso de Força Maior, para efeitos do presente contrato, toda e qualquer circunstância ou acontecimento imprevisível que esteja fora do controlo razoável da Parte por ela afectada, nomeadamente e sem carácter exaustivo, catástrofes naturais tais como furacões, inundações, incêndios, tremores de terra, ciclones e raios ou, bem ainda, subversão, hostilidade ou invasão, sabotagem, distúrbios civis, greves ou paralisações ilegais.

2. A Parte afectada por um caso de Força Maior obriga-se a comunicar de imediato à outra Parte, bem como a indicar qual a duração previsível da situação de Força Maior e, se for o caso, as medidas que pretende pôr em prática a fim de remover ou minorar o impacto do referido evento.

3. Se a situação de Força Maior provocar uma alteração do equilíbrio contratual inicial desde contrato, dever-se-á proceder ao restabelecimento deste equilíbrio nos termos da cláusula seguinte.

CLÁUSULA 20.^a
(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente contrato de investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à data da sua assinatura. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar qualquer benefício ou vantagem desta situação.

2. As Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do contrato, em caso de verificar-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

3. Qualquer alteração ao objecto do contrato resultante da modificação ao projecto de investimento e/ou da situação do Investidor, será comunicada de acordo com o presente contrato e demais legislação em vigor em Angola.

4. No caso de os bens objecto do projecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado).

CLÁUSULA 21.^a
(Notificações e comunicações)

1. As notificações e comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato, só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, fax ou e-mail, para os seguintes endereços:

a) ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar Luanda - Angola
Telefones: +244 222 391 434
Fax: +244 222 393 381

b) Investidor:

Rua António Assis Júnior, n.º 319, 2.º andar, Sala n.º 207
Luanda-Angola
Telefones: + 244 929 990 319 / + 351 252 309 760
Telefax: + 351 252 374 150
E-mail: eduardo.quirino@ainandiocarvalho.net4b.pt ou geral@amandiocarvalho.pt

2. A alteração por qualquer das Partes dos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada por escrito à outra Parte.

CLÁUSULA 22.^a
(Língua e número de exemplares do Contrato)

O presente contrato é celebrado em língua portuguesa e em 3 (três) exemplares, com igual teor e efeito jurídico,

sendo um para a ANIP, um para o Investidor e um para a Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 23.^a
(Boa-Fé)

As Partes obrigam-se a actuar no âmbito do presente contrato, de acordo com os ditames da boa-fé e a não exercer qualquer direito ou faculdade de modo abusivo ou injustificadamente oneroso para a outra Parte.

CLÁUSULA 24.^a
(Anexos ao Contrato)

São Anexos ao presente contrato de investimento os seguintes:

- a) Anexo I — Cronograma de Implementação e Execução do Projecto;
- b) Anexo II — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;
- c) Anexo III — Plano de Substituição da Mão-de-Obra Estrangeira.

Em Fé do que as Partes acordaram, celebram o presente Contrato de Investimento, em Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

Pelo Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luisa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração.

Pelo Investidor, *Eduardo Jorge Nunes Quirino*. — Representante.

ANEXO I
Cronograma de Implementação e Execução do Projecto

N.º	Ações	Fev - Mai/2014	Jun - Set/2014	Out/2014 - Jan/2015	Fev - Mai/2015	Junho - Set/2015	Out/2015 e Jan/2016	Fev-Mai/2016
1	Aprovação do Projecto e Assinatura do Contrato de Investimento na ANIP							
2	Mobilização do fundo de Investimento							
3	Importação de Equipamento e Organização Patrimonial do Empreendimento							
4	Mobilização de Recursos Humanos e Testes de Actividade Operacional							
5	Arranque da Prestação de Serviços							

ANEXO II
Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional

1.1 Objectivos

Proporcionar à totalidade dos trabalhadores da nova unidade conhecimentos técnicos suficientes para o cabal desempenho das suas funções, bem como fornecer conhecimentos acessórios no sentido da progressão da carreira individual e de um processo de melhoria contínua da Empresa.

1.2 Actividades

Actividade 1 — formação através das equipas do fornecedor geral do Projecto;

Actividade 2 — formação através das equipas dos vários fornecedores dos equipamentos;

Actividade 3 — formação através da empresa pelo Projecto;

Actividade 4 — formação através de empresas nacionais e internacionais de formação, especializadas em áreas técnicas industrial, administrativas, do comportamento organizacional e da gestão.

1.3 Calendário

Todo o ano de 2015.

1.4. Pessoal Envolvido

Fornecedores do projecto;
Fornecedores de equipamentos;
Coordenador do projecto;
Empresa de formação.

1.5 Perfis dos Formadores

Atendendo à especialidade técnica dos equipamentos a utilizar no projecto, os formadores das áreas técnicas e de equipamentos serão engenheiros das áreas especificadas e com reconhecida experiência no que concerne aos equipamentos e à prestação de acções de formação.

1.6 Locais da Formação

Todo o projecto de formação decorrerá nas instalações da Empresa, quer nas próprias instalações, no que concerne às Acções no Posto de Trabalho (On Job Training), quer em sala, relativamente às acções de carácter mais teórico ou relativamente às Acções de Simulação por Computador que decorrerão em salas devidamente adaptadas e equipadas atendendo ao teor das actividades a realizar.

1.7 Ferramentas / Abordagem

Catálogos e manuais técnicos dos equipamentos com base nas especificações técnicas dos equipamentos;
Formação concedida à medida das necessidades específicas da Empresa (Tailor Made Training);
Programa de simulação por computador (Computer Aided Training);
Formação em Sala.

2. Área de Formação Específica

2.1. Objectivo:

Desenvolver o conhecimento e as competências específicas relacionadas com a actividade.

2.2. Conteúdo

Riscos associados às tarefas de produção e de apoio;
Prevenção e assistência em sinistros de trabalho;
Condução rodoviária defensiva;
Gestão individual e colectiva dos resíduos. Caso particular dos hidrocarbonetos, plásticos, pneus e baterias;
Condução e operação segura de máquinas e equipamentos;
Preparação e manutenção diária dos equipamentos pelos operadores;
Noções de mecânica e de electricidade adequadas à intervenção de cada um;
Gestão administrativa de obra;
Informática básica na óptica do utilizador.

2.3. Metodologia

Formação Presencial;
Formação à distância s E-learning;
Formação no local de trabalho com supervisão de um perito da empresa;
Visitas ou permanência noutras empresas.

2.4. Materiais Necessários

Catálogos e manuais técnicos dos equipamentos;
Sala para formação com projector e computadores.

2.5. Beneficiários

Pessoal afecto a todas as áreas.

2.6. Data

Terceiro e Quarto trimestres de 2015.

ANEXO III

Plano de Substituição de Mão-de-Obra Estrangeira

Categorias Profissionais	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4	
	Nacion.	Expat.	Nacion	Expat.	Nacion.	Expat.	Nacion.	Expat.
direcção	0	1	0	3	0	3	1	2
Técnicos Superiores	1	0	1	2	1	2	1	2
Técnicos Médios	3	0	4	0	6	0	6	0
Administrativos	2	0	2	0	2	0	2	0
Operários Especializados	2	0	10	2	14	2	14	2
Operários não Especializados	10	0	43	0	47	0	47	0
Sub-Total	18	1	60	7	70	7	71	6
Total Geral/Ano	19		67		77		77	

Resolução n.º 66/14
de 4 de Setembro

Considerando que Abdul Hakim El Lakkis, pessoa singular de nacionalidade sul africana, entidade não residente cambial, investidor externo, com morada em 198 Cumberland, Road Kensington, Johannesburg-Gauteng/África do Sul e Melhem El Lakkis, pessoa singular de nacionalidade sul-africana, entidade não residente cambial, investidor externo, com morada em 198 Cumberland, Road Kensington, Johannesburg-Gauteng/África do Sul, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo a realizar na República de Angola;

Considerando que os Investidores, pretendem constituir uma sociedade por quotas, visando a concepção e implementação de um empreendimento agro-pecuário;

Considerando ainda que os Investidores pretendem igualmente contribuir de forma significativa e sustentável, para o desenvolvimento estratégico da economia angolana, bem como para a formação qualificada dos trabalhadores angolanos;

Considerando que o Governo da República de Angola está empenhado em aprovar projectos de investimento que criem um número de postos de trabalho considerável, para a mão-de-obra nacional;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado) e do artigo 13.º, do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da ANIP emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento privado do projecto denominado «African Agro Evolution, Limitada», no valor global de USD 5.718.900,00 (cinco milhões, setecentos e dezoito mil e novecentos dólares dos EUA) sob o Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda aos 15 de Maio de 2014.

A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO — PRIVADO
PROJECTO DE INVESTIMENTO «AFRICAN
AGRO EVOLUTION, LIMITADA»

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado), com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º Andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada pela

Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, com poderes legais e estatutários para o acto (adiante designados, respectivamente, por «Estado» e «ANIP»);

E

1.º — Abdul Hakim El Lakkis, pessoa singular de nacionalidade sul-africana, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em 198 Cumberland Road, Kensington Johannesburg-Gauteng/África do Sul, aqui representado pelo Júlio Dzerzinsk de Melo Antunes, com poderes legais para o acto, doravante designado por «Investidor»;

2.º — Melhem El Lakkis, pessoa singular de nacionalidade sul-africana, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em 198 Cumberland Road Kensington Johannesburg-Gauteng/África do Sul, aqui representado por Júlio Dzerzinsk de Melo Antunes, com poderes legais para o acto, doravante designado por «Investidor».

Os «Investidores» e o «Estado» quando referidos conjuntamente serão designados «Partes»

Considerando que:

- a) Nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado), a ANIP é o órgão do Estado encarregue de i) executar a política nacional em matéria de investimento privado e ii) promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola;
- b) Os Investidores, pretendem investir na Província do Kuando Kubango, Angola, por via da constituição de uma sociedade por quotas de direito angolano denominada «African Agro Evolution, Limitada», na concepção e implementação de um projecto no sector agro-pecuário (adiante designado por «Projecto de Investimento» ou «Investimento»);
- c) Os promotores do projecto, por via da sociedade a constituir, irão desenvolver as suas actividades na Província do Kuando-Kubango, Zona de desenvolvimento C, carente de infra-estruturas agrícolas, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho e o crescimento económico da região;
- d) O presente projecto dos investidores privados enquadra-se no regime contratual regulado na Lei do Investimento Privado por força do n.º 1 do seu artigo 51.º;
- e) É intenção do Estado apoiar o projecto de investimento dos investidores privados e, é intenção destes cumprir com todas as disposições deste Contrato e da Lei.

estes termos, animadas pelo propósito de concretização do referido Projecto de Investimento, as Partes acordam, de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma, na celebração do presente Contrato de Investimento (adiante designado por «Contrato de Investimento» ou «Contrato»), que se regerá pelo disposto na Lei do Investimento Privado, pelos Considerandos anteriores, pelos Anexos e pelo disposto nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato de Investimento)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto deste Contrato de Investimento prioritariamente a constituição de uma sociedade por quotas cuja actividade principal é a concepção e exploração de um projecto agropecuário.

CLÁUSULA 2.ª

(Sociedade executora do projecto)

Pelo presente contrato e para a execução do objecto constante da cláusula primeira, os investidores obrigam-se a constituir entre si, ao abrigo da lei angolana, uma sociedade de direito angolano com a denominação African Agro Solution, Limitada.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização geográfica do projecto)

O Projecto de Investimento estará localizado na província do Kuando-Kubango, Zona de Desenvolvimento, nos termos da alínea c), do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado).

CLÁUSULA 4.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

Com a realização do presente Projecto de Investimento constituem objectivos principais dos Investidores os seguintes:

- a) fornecer produtos de elevada qualidade e a preços competitivos;
- b) induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- c) obter transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- d) diminuir as importações e contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos; e
- e) promover o bem-estar económico, social e cultural das populações.

CLÁUSULA 5.ª

(Montante do Investimento)

1. O valor global do Projecto de Investimento é de USD 5.718.900,00 (cinco milhões, setecentos e dezoito mil e novecentos dólares dos EUA).

2. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento poderão os investidores solicitar à ANIP, o alargamento do capital social ou o aumento do valor do investimento nos termos do estabelecido no artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado).

CLÁUSULA 6.ª

(Operações de Investimento)

O Projecto de Investimento será levado a cabo mediante as operações previstas nas alíneas a), b), c) e f) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado).

CLÁUSULA 7.ª

(Forma de Realização e de Financiamento do Investimento)

1. O Projecto de Investimento será realizado através das formas previstas nas alíneas a) e d) do artigo 13.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado), sendo:

- a) USD 400.000,00 (quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), em meios monetários a subscrever pelos Investidores do seguinte modo: USD 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), por Abdul Hakim El Lakkis; USD 160.000,00 (Cento e sessenta mil dólares dos EUA), por Melhem El Lakkis;
- b) USD 5.318.900,00 (Cinco milhões, trezentos e dezoito mil e novecentos dólares dos EUA), através da importação de máquinas, equipamentos e acessórios, sendo: USD 3.191.340,00 (três milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), por Abdul Hakim El Lakkis; USD 2.127.560,00 (dois milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta dólares dos EUA), por Melhem El Lakkis.

2. O valor global do investimento declarado, será financiado integralmente por capitais próprios dos investidores.

CLÁUSULA 8.ª

(Execução, Gestão e Implementação do Projecto)

1. O projecto de investimento será executado e implementado, nos prazos e termos previstos no Cronograma de Execução e Implementação, que constitui Anexo I ao presente Contrato.

2. O investimento tem por objectivo suprir as necessidades das populações neste segmento, aumentando e melhorando a oferta do mercado nacional.

3. No cumprimento dos prazos previstos no Cronograma de Execução e Implementação, a ANIP poderá coordenar com as entidades públicas parceiras, a realização oportuna das acções inerentes ao apoio institucional aos Investidores, garantindo os procedimentos administrativos necessários.

CLÁUSULA 9.ª

(Regime jurídico dos bens dos investidores)

Os bens adstritos ao presente projecto de investimento, estarão sob o regime da propriedade privada.

CLÁUSULA 10.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. Depois de implementado o projecto de investimento e em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado), e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, aos investidores externos é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhes sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos ou contratos que, nos termos da lei, constituam investimento privado; e
- d) O produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da citada Lei.

3. Os Investidores só terão direito ao início do repatriamento dos lucros e dividendos depois de transcorridos três (3) anos a contar da data de implementação efectiva do projecto de investimento.

CLÁUSULA 11.ª

(Deveres e direitos dos investidores)

1. Os Investidores obrigam-se, em geral, a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submetem-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas e, em especial, a:

- a) aplicar o Plano de Contas e as regras de contabilidade estabelecidas no País;
- b) promover a formação da mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- c) constituir fundos e reservas e fazer provisões nos termos da legislação em vigor; e
- d) efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ambiental.

2. Sem prejuízo de outros direitos da Sociedade estabelecidos no presente Contrato, a Sociedade gozará ainda dos seguintes direitos:

- a) estatuto de sociedade de direito angolano;
- b) total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial.

3. Os Investidores terão o direito de recorrer ao crédito interno e externo nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 12.ª

(Deveres do Estado)

Para além do disposto no presente Contrato, o Estado angolano, através dos seus órgãos e instituições, deve garantir:

- a) o acesso aos tribunais angolanos para a defesa dos direitos dos investidores, assegurando o processo legal;
- b) uma indemnização justa, pronta e efectiva para os bens dos Investidores, que por motivos devidamente justificados, venham a ser expropriados para servir o interesse público;
- c) a protecção de todos os direitos e garantias previstos nos artigos 14.º a 18.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacte ambiental)

Os Investidores obrigam-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) salvaguarda e adequado tratamento, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos e efluentes;
- b) assegurar um adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos;
- c) participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeito negativo sobre o ambiente.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do projecto)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico e social com base na realidade sócio-económica nacional.

2. Nos termos e condições que vierem a ser acordados entre os Investidores e o Estado, estima-se que o Projecto terá o seguinte impacto económico e social:

criação de 42 postos de trabalho directos para nacionais;
criação de um VAB médio anual de USD 2.542.862,41 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois dólares dos EUA e quarenta e um cêntimos).

CLÁUSULA 15.ª

(Acompanhamento e fiscalização do projecto)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20

ção (Do Investimento Privado), os Órgãos do Governo deverão, nos termos e formas legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

Os «Investidores» deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados financeiros que possuírem de natureza técnica, económica, jurídica ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, relativos ao projecto de investimento, devendo ser-lhes asseguradas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e quaisquer alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser aprovados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Execução e implementação do Projecto, os Investidores, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no âmbito de exploração, com todos os dados relevantes, incluindo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

6. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º Andar Luanda - Angola

Telefones: (+244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (+244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidores

198 Cumberland Road, Kensington Johannesburg —

Gauteng

África do Sul

Telefones: 00264811616161

ou

Condomínio Jardim de Rosas, Casa n.º 1, Bloco D6-20, Camama

Luanda - Angola

Telefones: 923 111025.

E-mail: julio.antunes79@gmail.com

7. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 16.ª

(Mão-de-Obra e Plano de Formação)

1. O empreendimento criará 50 (Cinquenta) postos de trabalho directos, sendo 42 destinados à mão-de-obra nacional e 8 à expatriada, que será gradualmente substituída conforme o Plano de Substituição que constitui o Anexo III do presente contrato.

2. Espera-se que o número de trabalhadores venha a crescer à medida que aumente a dimensão do mercado alvo.

3. No âmbito da execução do Projecto de Investimento, os Investidores obrigam-se a consultar o INEFOP (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional), no processo de recrutamento, selecção e formação dos trabalhadores.

4. O Plano de Formação dos trabalhadores angolanos constitui Anexo II ao presente Contrato.

CLÁUSULA 17.ª

(Incentivos Fiscais e Aduaneiros)

1. Nos termos do presente Contrato, os «Investidores» vão realizar um investimento no sector agro-pecuário, em conformidade com o ponto i) da alínea a) do artigo 21.º a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio. Assim sendo, tendo em conta que o projecto, nos termos do artigo 39.º da citada lei irá proporcionar impacto económico e social, nomeadamente, a criação de postos de trabalho, contribuição para o crescimento do sector e a substituição gradual das importações, o mesmo deve beneficiar dos seguintes incentivos fiscais e aduaneiros:

- a) Redução em 50% da taxa do Imposto Industrial por um período de 4 (quatro) anos, a partir do início da laboração de pelo menos 90% da força de trabalho;
- b) Redução em 25% da taxa do imposto sobre a Aplicação de Capitais, por um período de 4 (quatro) anos, a partir do início da laboração de pelo menos 90% da força de trabalho;
- c) Isenção do pagamento do Imposto de Sisa pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao projecto e localizados na zona de desenvolvimento em referência;

- d) Benefícios aduaneiros nos termos das disposições combinadas do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e do artigo 43.º, da Pauta Aduaneira de Importação e Exportação, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 10/13, de 22 de Novembro e rectificada pela Rectificação n.º 1/13, de 30 de Janeiro.

2. O regime dos incentivos fiscais e aduaneiros aqui estabelecidos permanecerá vigente mesmo que, no decurso da sua aplicação, os impostos sobre que incidem venham a ser substituídos por outros da mesma ou idêntica natureza, aplicando-se aos novos impostos os mesmos termos que os aqui previstos.

CLÁUSULA 18.ª
(Apoio Institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer pelo projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos:

- a) A «ANIP» — enviar esforços junto dos organismos públicos parceiros para que estas entidades efectuem os licenciamentos e aprovações necessárias ao projecto, de forma célere e adequada às exigências do mesmo, em conformidade com a legislação angolana vigente;
- b) Ministério da Agricultura — apoiar o licenciamento da actividade e o equilíbrio funcional do projecto;
- c) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social — apoiar as acções de formação;
- d) Ministério das Finanças — autorizar os desfandegamentos de todos os bens adistritos ao projecto importados, nos termos da Lei;
- e) Ministério do Ambiente — apoiar a emissão das licenças ambientais de instalação e operação;
- f) Ministério do Comércio — licenciar a actividade comercial.

CLÁUSULA 19.ª
(Força maior)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração das circunstâncias referidas no número anterior, as Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

CLÁUSULA 20.ª
(Infracções e sanções)

No âmbito deste contrato de investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas, em matéria do investimento privado, constituem infracções e sanções, as previstas no artigo 83.º e seguintes, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado).

CLÁUSULA 21.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e os Investidores Privados, serão submetidos à Arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Lei sobre a Arbitragem Voluntária).

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, este será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a lei angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas, nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª
(Anexos ao Contrato)

Constituem Anexos ao presente contrato:

- a) Cronograma de Execução e Implementação do Projecto (Anexo I);
- b) Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional (Anexo II);

c) Plano de Substituição da Mão-de-Obra Expatriada
(Anexo III).

CLÁUSULA 23.ª

(Período de vigência e denúncia do contrato)

O presente Contrato de Investimento é válido, eficaz e cumulativo para as Partes por tempo indeterminado, se uma delas o denunciar com antecedência mínima de 90 dias.

CLÁUSULA 24.ª

(Entrada em vigor)

Este Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

CLÁUSULA 25.ª

(Língua do contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa e em 4 (quatro) exemplares, fazendo todos igual fé.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados assinaram-no, em Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, (Presidente do Conselho de Administração).

Pelos Investidores, *Júlio Dzerzinsk de Melo Antunes* (Representante Legal).

ANEXO I

Cronograma de Implementação e Execução do Projecto de Investimento

Ações/Tempo	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
AP - Análise e aprovação									
CA - GUE									
Preparação das Instalações									
Realização das Obras de Construção e Adaptação									
Operação das Máquinas e Equipamentos									
Manutenção das Máquinas e Equipamentos									
Recrutamento e Seleção do Pessoal									
Formação do Pessoal									
Realização das Actividades									

ANEXO II

Plano de Formação

O pessoal a contratar para trabalhar receberá formação sobre os mais variados assuntos, tendo sido identificados, desde já, os seguintes tópicos:

Categorias	Categoria do Formador	Formação	Local	Número	Duração	Custo
Agricultores	Engenheiro	Agricultura	on job	10	6 Meses	0
Técnicos	Engenheiro	Agricultor	on job	10	6 Meses	0
Lavradores	Engenheiro Agrónomo	Lavradores	on job	10	3 Meses	0
Camponeses	Técnico Sénior	Alinhamento da Terra para Cultivo	on job	12	6 Meses	0

ANEXO III

Plano de Substituição

Rubricas	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Direção	1	3	1	2	0	2
Técnicos Superiores	5	2	6	2	12	2
Técnicos Médios	8	1	6	1	6	0
Administrativos	5	1	5	1	4	0
Camponeses	11	0	13	0	12	0
Agricultores	12	1	13	0	12	0
Total	42	08	44	6	46	4

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — (Presidente do Conselho de Administração).

Pelos Investidores, *Júlio Dzerzinsk de Melo Antunes* (Representante Legal).

Resolução n.º 67/14
de 4 de Setembro

Considerando que, «Pluricerâmicas, Limitada», pessoa colectiva de Direito Angolano, entidade residente cambial, investidor nacional, com sede social no Largo da Ingombota, n.º 9, 2.º, Município de Luanda, Província de Luanda, apresenta ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de investimento denominada «Pluricerâmicas, Limitada» cuja actividade principal é a construção de uma fábrica de cerâmica para produção de tijolos e derivados;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento do projecto denominado «Pluricerâmicas, Limitada», no valor global de USD 9.810.130,00 (nove milhões, oitocentos e dez mil e cento e trinta dólares americanos), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pela Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 15 de Maio de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO
ENTRE A ANIP PLURICERÂMICAS, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

O Estado da República de Angola, aqui representada pela ANIP — Agência Nacional de Investimento Privado, nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo n.º 53 da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — Lei do Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto, (doravante designada por ANIP);

E

A «Pluricerâmicas, Limitada», pessoa colectiva de Direito Angolano, entidade residente cambial, investidor interno, com sede social em Luanda, no Largo da Ingombota, n.º 9, 2.º andar-E, representada, neste acto, por Anaíde Bravo na qualidade representante legal, devidamente mandatada para o efeito, adiante designada por «Segunda outorgante», Investidor Interno ou Parte(s).

Preâmbulo

Considerando que:

O Investidor Privado pretende construir uma cerâmica na Cidade do Uíge e que pretende realizar o referido projecto à luz da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

O referido investimento é composto por activos domiciliados no território nacional, portanto, por força da alínea c) do artigo 2.º do referido diploma legal, o segundo outorgante tem a categoria de Investidor Interno;

O investimento a realizar vai proporcionar a introdução de capital, novas tecnologias e know-how à Província do Uíge, o que, consequentemente, levará à criação de novos postos de trabalho;

O investimento a realizar enquadra-se no âmbito dos artigos 3.º e 4.º da Lei de Investimento Privado;

E, nos termos do artigo 53.º da Lei de Investimento Privado, celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Investimento Privado, que se rege pelas cláusulas seguintes e, no que for omissos, pela legislação aplicável:

CLÁUSULA 1.ª
(Definições)

1. Salvo se de outro modo expressamente indicados no texto, as definições contidas neste artigo aplicam-se sempre que quaisquer das expressões ou palavras abaixo referidas sejam empregadas neste Contrato ou em documentos dele resultante:

- a) *ANIP* — significa Agência Nacional de Investimento Privado;
- b) *Contrato* — significa o presente contrato de investimento privado;
- c) *Investidor Privado* — significa a «Pluricerâmicas, Limitada»;
- d) *Estado Angolano* — significa o Governo ou o Executivo da República de Angola;
- e) *Investimento Directo* — significado todo o investimento, interno ou externo, realizado em todas as formas que não caibam na definição de investimento indirecto, referidas na alínea anterior;
- f) *Investimento Indirecto* — significa todo o investimento interno ou externo que compreenda, isolada ou cumulativamente, as formas de empréstimo, suprimento, prestações suplementares de capital, tecnologia patenteada, processos

técnicos, franchising, marcas registadas, assistência técnica e outras formas de acesso à sua utilização, seja em regime de exclusividade ou de licenciamento restrito por zonas geográficas ou domínios de actividade industrial e/ou comercial;

g) *Investimento Privado* — significa a utilização no território nacional de capitais, tecnologias e know-how, bens de equipamento e outros, em projectos económicos determinados, ou a utilização de fundos que se destinam à criação de novas empresas, agrupamentos de empresas ou outra forma de representação social de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como a aquisição da totalidade ou parte de empresas de direito angolano já existentes, com vista à implementação ou continuidade de determinado exercício económico de acordo com o seu objecto social, desde que estes investimentos sejam qualificáveis como tal, nos termos do artigo 3.º da presente lei;

h) *Projecto ou Projecto de Investimento* — significa o investimento a ser executado pela «Pluricerâmicas, Limitada», na Aldeia Caquengue, Província do Uíge;

i) *Zona Económica Especial* — significa nas zonas de investimento consideradas especiais, de acordo com os critérios definidos pelo Executivo.

2. Excepto se o contrário resultar do respectivo contexto, as palavras e expressões definidas neste Contrato no singular acham o seu plural e vice-versa.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza administrativa e objecto do Projecto)

1. O contrato de investimento, por força do artigo 53.º da Lei de Investimento Privado, tem natureza administrativa, sendo partes o Estado Angolano, representado pela ANIP e o Investidor Privado.

2. O presente Contrato tem como objecto a construção de uma fábrica de cerâmica para produção de tijolos e derivados.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens do Investidor Privado)

1. O investimento, será implantado na Aldeia Caquengue, Município do Uíge, Província do Uíge, Zona de Desenvolvimento C, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Os bens de equipamento e outros meios adstritos ao Projecto do Investidor são sua única e exclusiva propriedade, adquiridos através do financiamento interno, para realização do projecto.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de vigência do Contrato)

O presente contrato tem início na data da sua assinatura e terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Definição e quantificação dos objectivos do Projecto de Investimento)

O projecto de investimento tem como objectivo, atingir a capacitação da empresa com todos os meios (material, humano e financeiro), necessários ao desenvolvimento das suas actividades com especial para:

- Construção de uma fábrica para a produção de tijolos e derivados;
- Formação e capacitação dos seus quadros;
- Implementação de um sistema de marketing e de uma rede de comercialização de tijolos;
- Colocação de guardas e outros equipamentos de segurança;
- Desenvolvimento de actividades técnicas e científicas que promovam o uso de tijolos na construção civil, como produto de elevada qualidade.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

O valor total do investimento é de USD 9.810.130,00 (nove milhões, oitocentos e dez mil e cento e trinta dólares americanos).

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento Privado)

Para a implementação do projecto de investimento, e cumprimento do objecto social proposto, as operações de investimento que o Investidor irá realizar, traduzir-se-ão nas alínea a) e c) do artigo 10.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização do Investimento Privado)

Para efeitos do presente Contrato, o valor global do investimento é realizado através de alocação de fundos próprios, prevista nas alínea b) e c) do artigo 11.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O projecto será objecto de financiamento interno com fundos alheios.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

O Projecto de Investimento será implementado e desenvolvido de acordo com o cronograma de implementação do projecto apresentado.

CLÁUSULA 11.ª

(Concessão de incentivos fiscais)

1. Incentivos fiscais:

- Redução da taxa do Imposto Industrial em 42,5% por um período de 3 (três) anos, con-

tados a partir do início de laboração de pelo menos 90% da força de trabalho prevista, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

- ii) Redução da taxa do Imposto sobre as Aplicações de Capitais em 21,25% por um período de 3 (três) anos, para os lucros ou dividendos que venham a ser distribuídos aos sócios, conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- iii) Isenção do Imposto de SISA, pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao projecto e localizados na Zona de Desenvolvimento em referência;
- iv) Que sejam concedidos os benefícios aduaneiros nos termos das disposições combinadas do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e do artigo 43.º da Pauta Aduaneira de Importação e Exportação, aprovada pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 10/13, de 22 de Novembro, e rectificada pela Rectificação n.º 1/13, de 30 de Janeiro.

CLÁUSULA 12.ª

(Definição das condições e exploração, gestão e prazos do Projecto)

O prazo de início de execução do projecto é imediato, após a data da aprovação pela ANIP, sendo a exploração e gestão do projecto asseguradas pela «Pluricerâmicas, Limitada».

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O «Investidor» deverá facilitar a ANIP no acompanhamento e fiscalização das suas actividades, e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritos ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e

demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, os «Investidores», sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relações trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

O investimento a ser realizado, no âmbito do presente Contrato, devido às suas características estruturantes vai contribuir para o desenvolvimento da região, pelas razões que se passa a elencar:

- a) Incremento do parque industrial local;
- b) Contribuir para melhorara qualidade do material de construção civil e proporcionar melhor qualidade das habitações;
- c) Formação dos trabalhadores angolanos e sua integração no sistema produtivo;
- d) Venda às outras províncias de um bem de produção local;
- e) Criação de postos de trabalho directos e indirectos;
- f) Responsabilidade social do investidor para com a comunidade, havendo já o compromisso de construção de um centro cultural, um posto-médico e uma escola;
- g) Participação activa na vida social da comunidade, proporcionando cursos de formação agrícola, higiene e saúde pública, etc.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte ambiental do Projecto)

O Investidor obriga-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a Lei de Bases do Ambiente n.º 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- 1. Salvaguarda do meio ambiente, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- 2. Permitir que as autoridades competentes procedam as inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, das instalações dos equipamentos no terminal;

Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e resíduos sólidos, que abranja todos os sub-projectos; e Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o meio ambiente.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de trabalho e plano de formação profissional)

1. O Projecto prevê a criação de 38 postos de trabalhos, quais 36 postos para nacionais e 2 postos para estrangeiros.

2. O Investidor Privado obriga-se a cumprir as normas previstas no Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril, sobre o emprego de força de trabalho qualificada estrangeira não residente e de força de trabalho nacional e a cumprir o plano de formação e capacitação da força de trabalho.

3. O plano de formação de mão-de-obra nacional, conforme previsto no n.º 3 do artigo 72.º da Lei do Investimento Privado, assim como o plano de substituição gradual dos trabalhadores estrangeiros por nacionais, faz parte integrante do Estudo de viabilidade técnica, económica e financeira e este constitui anexo a este contrato de investimento.

4. O Investidor Privado deverá celebrar e manter os contratos de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, cumprir com as obrigações da Segurança Social e colaborar com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do projecto, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) Ministério da Indústria — garantir a emissão de licença que se mostre necessária no âmbito do projecto;
- b) Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) — apoiar sempre que o Investidor Privado pretender recorrer aos órgãos da administração pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão dos mesmos projectos.

CLÁUSULA 18.ª

(Direitos do Investidor)

Os direitos do investidor são os previstos nos artigos 15.º, 16.º e 17.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 19.ª

(Lei aplicável)

O presente Contrato será regido pelas Leis da República de Angola e interpretado em conformidade com as mesmas.

CLÁUSULA 20.ª

(Infracções e sanções)

As infracções e sanções a ser aplicadas ao Investidor Privado, assim como, os procedimentos e recurso sobre penalizações, estão devidamente consignadas nos artigos 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º e 88.º da Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 21.ª

(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios, divergências ou reclamações emergentes ou relacionados com a interpretação ou execução do presente Contrato, deverão ser solucionados amigavelmente.

2. Todos os diferendos resultantes da interpretação ou execução deste Contrato que não possam ser sanados por acordo entre as Partes, serão resolvidos, em última instância, por arbitragem, em conformidade com a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Sobre a Arbitragem Voluntária).

3. O Contrato deverá ser interpretado e aplicado em conformidade com a legislação em vigor na República de Angola.

CLÁUSULA 22.ª

(Línguas do Contrato e exemplares)

Este Contrato foi elaborado e assinado na língua portuguesa e em 3 (três) vias, sendo todas de igual valor e teor.

CLÁUSULA 23.ª

(Anexos do Contrato)

Anexo I — Cronograma de Implementação do Projecto.

Anexo II — Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional.

CLÁUSULA 24.ª

(Notificações)

A transmissão de informação entre as partes no âmbito do contrato, será feita por escrito e será remetida para os endereços:

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, em Luanda - Angola

Telefones: 391 434 / 331 252

Fax: 393 381

«Pluricerâmicas, Limitada», com sede provisória em Luanda, no Largo da Ingombota, n.º 9, 2.º andar-E

E-mail: apegado@gmail.com

Tel. 222 391 930 / 222 397 347

Fax: 222 396 295

Telemóveis: 912 500 557 / 923 435 890.

No caso de qualquer das Partes mudar de endereço, deve notificar previamente a outra Parte.

Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

O Estado Angolano Representado pela ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

O Representante do Investidor Privado, *Anailde Marine Bravo Miguel*.

ANEXO I
Cronograma de Implementação do Projecto

Acção a Executar	Período					
	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014
Obtenção do CRIP						
Aquisição de Equipamentos						
Construção da Fabril						
Contratação e Pessoal						
Início da Actividade						

ANEXO II
Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional

Categorias	N.º de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Custo da Formação
						Início	Fim	
Director-Adjunto	1	Director Geral	Contín./ Presenc.	Uíge	240 dias	Junho 04	Junho 15	0, 00
Técnicos Superiores	1	Director Administrativo	Contín./ Presenc.	Uíge	—	—	—	—
Técnicos Superiores	1	Director Técnico	Contín./ Presenc.	—	90h	Junho 10	Junho 20	1. 000, 00
					120h	Junho 23	Junho 28	3. 000, 00
Operários Especializados	5	Encarregado Geral e Responsável de Fábrica	Contín./ Presenc.	Uíge	80h	Junho 08	Junho 20	4. 000, 00
—	—	—	Contín./ Presenc.	Uíge	—	—	—	—
Operários Especializados	30	Chefe de Equipa	Contín./ Presenc. Prática	Luanda/Estaleiro	48h	Julho 05	Julho 15	1.600, 00
					80h	Julho 19	Julho 28	4. 500, 00

O Estado Angolano Representado pela ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

O Representante do Investidor Privado, *Anilde Marine Bravo Miguel*.